

RONNY CHARLES LOPES DE TORRES

Leis de  
**LICITAÇÕES PÚBLICAS**  
comentadas

Lei 8.666/1993 • Lei 10.520/2002 • LC 123/2006

10<sup>a</sup> | revista,  
edição | ampliada e  
atualizada

2019

 EDITORA  
*Jus*PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# Sumário

Introdução .....	39
------------------	----

## **PARTE 1** LEI Nº 8.666/93

<b>CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</b> .....	43
--	----

<b>SEÇÃO I – Dos princípios</b> .....	43
---------------------------------------	----

1 Licitação pública.....	43
1.1 Fundamentos constitucionais .....	44
1.2 Objeto da licitação.....	45
1.3 Objeto da licitação x pretensão contratual.....	45
1.3.1 A análise de mercado como componente de aperfeiçoamento do planejamento ..	46
1.3.2 Administração dialógica e o diálogo com o mercado, na fase de planejamento...	47
1.4 Adjudicação por item .....	48
1.5 Adjudicação por itens x Aglutinação de objetos.....	49
1.5.1 Aglutinação em grupos e posterior aquisição por itens .....	51
1.5.2 Item x lote x grupo.....	53
1.5.3 Serviços terceirizados diversos, aglutinação e adjudicação por itens .....	55
1.5.4 Órgãos públicos e contratações de “facilities” .....	55
1.5.5 Instrução normativa 01/2019 – Plano anual de contratações e sistema de planejamento e gerenciamento de contratações.....	58
1.6 Competência legislativa.....	59
1.6.1 Competência legislativa e autonomia administrativa .....	60
1.6.2 Normas de caráter específico.....	60
1.6.3 Normas materialmente gerais x normas materialmente específicas .....	61
1.6.4 Não exaurimento da competência legislativa privativa.....	63
1.7 Destinatários das regras licitatórias.....	64
1.7.1 Fundos especiais .....	64
1.7.2 Empresas estatais.....	65
1.7.3 Entidades controladas .....	65
1.7.4 Serviços Sociais Autônomos .....	66
1.7.5 Organizações Sociais (OS) .....	67
1.7.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIIP's).....	68
1.8 Pretensões contratuais submetidas às licitações.....	70
1.8.1 Princípio da obrigatoriedade (perspectiva burocrática e perspectiva democrática).....	70
1.8.2 Exceções ao princípio da obrigatoriedade .....	70
1.8.3 Exceções ao princípio da obrigatoriedade e competência legislativa.....	71
1.8.4 Exceções ao princípio da obrigatoriedade e outras leis.....	72
1.8.5 Concessão e obrigatoriedade de licitar.....	72
1.8.6 Perspectiva subjetiva da incidência do regime jurídico licitatório .....	74

1.9	Contrato administrativo.....	75
1.9.1	Elemento consensual do contrato administrativo .....	76
1.9.2	Conceito de contrato e seguro DPVAT .....	76
1.10	Finalidades da licitação .....	79
1.10.1	Proposta mais vantajosa (vantajosidade).....	79
1.10.2	Isonomia.....	80
1.10.3	Desenvolvimento nacional sustentável.....	81
1.10.3.1	Contratações públicas e sustentabilidade ambiental.....	81
1.11	Princípios.....	82
1.11.1	Legalidade .....	83
1.11.2	Impessoalidade.....	85
1.11.3	Moralidade.....	86
1.11.4	Igualdade .....	87
1.11.5	Publicidade .....	89
1.11.5.1	Publicidade e conteúdo das propostas.....	90
1.11.5.2	Publicidade e lei de acesso à informação.....	91
1.11.6	Proibição.....	92
1.11.7	Vinculação ao instrumento convocatório .....	92
1.11.8	Julgamento objetivo.....	93
1.11.9	Princípios correlatos.....	93
1.11.10	Eficiência.....	93
1.11.11	Razoabilidade e proporcionalidade .....	94
1.11.12	Outros princípios.....	96
1.12	Competitividade.....	97
1.12.1	Restrição ao caráter competitivo.....	97
1.12.2	Restrição a bem produzido no Estado ou Município .....	97
1.13	Cooperativas e participação em licitações.....	98
1.13.1	Contratação de cooperativas e IN 05/2017.....	100
1.13.2	Cooperativas de trabalho e a Lei nº 12.690/2012.....	101
1.14	Empresa em litígio com a Administração .....	102
1.15	Preferência, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação .....	103
1.16	Microempresas e empresas de pequeno porte .....	104
1.17	CrITÉRIOS de desempate .....	104
1.18	Publicidade e acesso aos atos do procedimento.....	105
1.18.1	Publicidade e sigilo do conteúdo das propostas.....	106
1.18.2	Violação ao princípio da publicidade E nulidade .....	106
1.19	Margem de preferência.....	106
1.19.1	Margem de preferência e restrição.....	108
1.19.2	Margem de preferência e delegação ao executivo.....	108
1.19.3	Margem de preferência e necessária previsão em decreto.....	110
1.20	Licitantes e direito público subjetivo ao devido regime licitatório.....	112
1.20.1	Controle social.....	112
1.21	Formalização.....	113
1.22	Ordem cronológica de pagamentos .....	114
1.23	Ordem cronológica e tutela penal .....	116
1.24	Atualização monetária.....	116
<b>SEÇÃO II – Das definições.....</b>		<b>117</b>
2.1	Conceitos legais .....	119

2.1.1	Passagens aéreas.....	119
2.1.2	Locação de bens e o conceito legal de serviço .....	120
2.1.3	Definição legal de alienação .....	120
2.1.4	Grande vulto .....	120
2.1.5	Administração contratada e Veto presidencial.....	120
2.2	Licitações de publicidade.....	122
2.2.1	Lei Federal nº 12.232/2010 e licitação de serviços de publicidade.....	122
2.3	Projeto básico .....	124
2.3.1	Projeto básico e formalismo.....	125
2.3.2	Projeto básico e impacto ambiental.....	125
2.3.3	Projeto básico e elementos mínimos.....	127
2.3.4	Jurisprudência.....	129
2.3.5	Anotação de responsabilidade técnica.....	130
2.4	Projeto executivo.....	130
2.5	Comissões na licitação.....	131
<b>SEÇÃO III – Das obras e serviços .....</b>		<b>131</b>
3.1	Fase interna da licitação.....	132
3.1.1	Fase interna da licitação e instrução normativa 05/2017 .....	133
3.2	Projeto executivo e aprovação prévia.....	136
3.3	Planilhas.....	137
3.3.1	Planilha e composição dos custos unitários.....	137
3.3.2	IRPJ e CSLL em planilhas de custos.....	137
3.3.3	CSLL e IRPJ e previsão em contratos vigentes .....	138
3.4	Bonificações e Despesas Indiretas – BDI.....	142
3.5	Previsão orçamentária.....	144
3.5.1	Previsão orçamentária e exercício financeiro.....	145
3.5.2	Falta de aprovação da Lei Orçamentária Anual.....	145
3.5.3	Orçamento e previsão constitucional.....	146
3.6	Vedação ao fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantitativo.....	151
3.7	Vedação à indicação de marca .....	152
3.7.1	Exceção à vedação de indicação de marca.....	153
3.8	Impossibilidade de adoção do regime administração contratada .....	154
3.9	Requerimento dos quantitativos e preços, pelo cidadão .....	154
3.10	programação e planejamento de obras e serviços .....	155
3.11	Obras inacabadas e mudança de gestor.....	155
3.12	Terceirização de serviços .....	156
3.12.1	O dilema atividade fim versus atividade meio .....	157
3.12.2	Vedações à terceirização de serviços .....	162
3.12.3	Regras para os instrumentos convocatórios e contratos.....	164
3.12.4	Terceirização e quebra da impessoalidade.....	166
3.13	Vedações À participação na licitação ou na execução contratual.....	167
3.13.1	Vedações À participação na licitação ou na execução contratual e convênios.....	170
3.13.2	Vedação e comissão de licitação .....	170
3.14	Comissão de licitação e servidores terceirizados.....	171
3.15	Execução direta.....	172
3.16	Execução indireta .....	172
3.16.1	Empreitada por preço global.....	172

3.16.2	Empreitada por preço UNITÁRIO .....	173
3.16.3	Tarefa .....	174
3.16.4	Empreitada integral.....	175
3.17	Padronização .....	176
3.18	Licitação e impacto ambiental .....	177
3.19	Licitações sustentáveis e o meio ambiente .....	177
<b>SEÇÃO IV – Dos serviços técnicos profissionais especializados .....</b>		<b>181</b>
4.1	Serviços técnicos profissionais especializados .....	182
4.2	Cessão dos direitos patrimoniais .....	183
4.3	Serviços técnicos especializados e participação do corpo técnico na execução contratual .....	183
<b>SEÇÃO V – Das compras .....</b>		<b>184</b>
5.1	Caracterização do objeto.....	184
5.2	Sistema de Registro de Preços (SRP) .....	185
5.2.1	Características.....	186
5.2.2	Obrigatoriedade do SRP .....	187
5.2.3	Aplicabilidade do SRP (Objeto) .....	188
5.2.3.1	SRP para serviços.....	190
5.2.3.2	SRP para obras e serviços de engenharia.....	191
5.2.3.3	SRP para locação.....	195
5.2.3.4	SRP e serviços contínuos .....	196
5.2.3.5	Sistema de Registro de Preços permanente.....	197
5.2.3.6	Adoção do srp para a elaboração de projetos básicos .....	198
5.2.4	SRP e regime de execução .....	200
5.2.5	Órgão gerenciador, participante, participante de compra nacional e o não participante (“carona”) .....	200
5.2.5.1	Das competências do órgão gerenciador .....	202
5.2.5.2	Das competências do órgão participante .....	203
5.2.5.3	O órgão participante e a efetivação da contratação .....	205
5.2.6	Limites às contratações do “carona”.....	206
5.2.6.1	Espécies de limites (individual, temporal, global, subjetivo, formal e lógico).....	212
5.2.6.2	Inconstitucionalidade da instituição do carona, por decreto .....	216
5.2.6.3	Adesão de órgãos federais à Ata de registro de preços proveniente de entidades do “Sistema S” .....	217
5.2.6.4	Adesão de órgãos federais a Atas de Registro de Preços de estados e municípios .....	218
5.2.6.5	Adesão à Ata e procedimento formal .....	219
5.2.6.6	Do caráter não obrigatório da análise jurídica, pelo órgão consultivo, relacionada à adesão .....	220
5.2.6.7	Da adesão em serviços de engenharia.....	222
5.2.7	Cadastro de reserva.....	225
5.2.8	SRP e Convênios .....	227
5.2.9	SRP e aplicação de sanções .....	228
5.2.10	Possibilidade de sancionamento pela recusa de fornecimento ao carona.....	230
5.2.11	Intenção de Registro de Preços.....	231
5.2.12	Condições do setor privado .....	232
5.2.13	Preços praticados pela Administração .....	233

5.2.14	SRP e dotação orçamentária .....	233
5.2.15	SRP, pretensão contratual e boa-fé .....	234
5.2.16	SRP e pregão .....	235
5.2.17	Preços registrados: revisão econômica e negociação.....	235
5.2.18	Ata de registro de preços .....	240
5.2.18.1	SRP e validade da ata .....	241
5.2.18.2	Início do prazo de vigência da Ata.....	243
5.2.18.3	Prorrogação da ata e renovação dos quantitativos fixados na licitação. ....	244
5.2.18.4	Adesão à ata e alterações das condições contratuais originais.....	244
5.2.19	SRP e acréscimos dos quantitativos contratados .....	245
5.2.20	SRP e direito de preferência .....	246
5.2.21	Compras compartilhadas sem utilização do SRP .....	247
5.2.22	Cooperação e compras compartilhadas entre órgãos contratantes na união europeia.....	249
5.3	Controle social.....	251
5.4	Definição do bem.....	252
5.5	Planejamento.....	252
5.6	Recebimento e conservação dos materiais .....	252
5.7	Comissão para recebimento de material.....	252
5.8	Compras e publicidade .....	253
5.9	Ressalva à publicidade .....	253
<b>SEÇÃO VI</b>	<b>– Das alienações .....</b>	<b>254</b>
6.1	Bens públicos.....	257
6.1.1	Gestão eficiente dos bens públicos.....	257
6.2	Licitação dispensada para imóveis .....	258
6.2.1	Avaliação imobiliária.....	259
6.2.2	Laudo de avaliação contratado por terceiro .....	260
6.2.3	Dação em pagamento (inciso I, alínea a).....	260
6.2.4	Doação de imóvel público (inciso I, alínea b) .....	260
6.2.5	Permuta de imóvel público (inciso I, alínea c).....	261
6.2.5.1	Permuta de terreno público por unidades imobiliárias a serem construídas futuramente .....	265
6.2.6	Investidura (inciso I, alínea d).....	266
6.2.7	Venda a outros órgãos ou entidades da administração pública (inciso I, alínea e) .....	267
6.2.8	Bens imóveis residenciais (inciso I, alínea f) .....	267
6.2.8.1	Permissão de uso.....	268
6.2.9	Procedimentos de legitimação de posse (inciso I, alínea g) .....	268
6.2.10	Bens imóveis de uso comercial (inciso I, alínea h).....	270
6.2.11	Terras públicas rurais da união e do incra (inciso I, alínea I) .....	271
6.2.12	Alienação de bens públicos e abuso administrativo.....	272
6.3	Licitação dispensada para móveis.....	273
6.3.1	Doação (inciso II, alínea a).....	273
6.3.1.1	Bens móveis e doação a entidades do terceiro setor.....	274
6.3.2	Permuta (inciso II, alínea b).....	274
6.3.3	Venda de ações (inciso II, alínea c) .....	275
6.3.4	Venda de títulos (inciso II, alínea d) .....	276
6.3.5	Bens produzidos ou comercializados pela administração pública (inciso II, alínea e) ..	276

6.3.6	Venda de bens, sem utilização previsível, para outro órgão ou ente da administração pública (inciso II, alínea f) .....	277
6.4	Desafetação.....	277
6.5	Venda de bens imóveis e habilitação diferenciada.....	278
6.6	Habilitação por recolhimento e existência de débitos com a seguridade social.....	278
6.7	Desnecessidade de autorização legislativa .....	280
<b>CAPÍTULO II – DA LICITAÇÃO</b> .....		280
<b>SEÇÃO I – Das modalidades, limites e dispensa</b> .....		280
1	Fase externa da licitação, publicação do edital e realização da sessão .....	281
1.1	Obrigatoriedade da Publicidade através da internet.....	283
1.2	Publicidade em obras com recursos federais.....	284
1.3	Publicidade nas licitações e seu conteúdo .....	284
1.4	Outros meios de divulgação .....	286
1.5	Edital e disponibilidade.....	286
1.6	Modificações no edital e nova publicação.....	286
1.7	Modalidades licitatórias.....	289
1.7.1	Modalidades licitatórias e competência legislativa .....	290
1.8	Concorrência.....	290
1.9	Tomada de preços.....	290
1.9.1	Tomada de preços e prazo para cadastramento.....	290
1.10	Convite .....	291
1.10.1	Convite e ramo negocial dos convidados .....	292
1.10.2	Convite e licitantes não cadastrados previamente .....	292
1.10.3	Convite e repetição de convidados .....	292
1.10.4	Convite e exceção ao número mínimo de licitantes .....	292
1.11	Concurso.....	293
1.11.1	Concurso e remuneração .....	293
1.12	Leilão.....	294
1.12.1	Bens inservíveis.....	294
1.12.2	Bens penhorados .....	295
1.12.3	Tipos de leilões (inglês, holandês, primeiro preço, Vickrey, aberto e fechado) .....	295
1.13	Modalidade pregão .....	296
1.14	Vedação à criação de novas modalidades.....	296
1.15	Atualização dos valores das modalidades e competência.....	298
1.15.1	O Decreto Federal nº 9.412/2018 e a atualização dos valores das modalidades licitatórias.....	298
1.15.2	Dos reflexos da atualização dos valores das modalidades .....	300
1.15.3	Reflexos nas dispensas de pequeno valor.....	301
1.15.4	Atualização dos valores e medidas de controle.....	301
1.15.5	Atualização pelo Decreto nº 9.412/18 e vinculação (ou não) das demais esferas federativas .....	302
1.16	Da caracterização como obra ou como serviço de engenharia .....	307
1.17	Simplificação do edital como elemento fomentador da competitividade .....	310
1.18	Parcelamento das contratações.....	311
1.18.1	Fracionamento ilícito.....	311
1.19	Organizações industriais.....	312

1.20	Consórcio público .....	312
1.21	Contratação direta .....	313
1.21.1	Contratação direta e regime jurídico-administrativo.....	313
1.22	Dispensa .....	314
1.23	Dispensa de pequeno valor (incisos I e II) .....	315
1.23.1	Dispensa de pequeno valor e cotação eletrônica .....	315
1.23.2	Dispensa de pequeno valor e fracionamento ilícito.....	317
1.24	Declaração de guerra e perturbação a ordem (inc. iii).....	318
1.25	Emergência ou calamidade pública (inc. iv) .....	319
1.25.1	Fatores objetivos e fatores subjetivos.....	321
1.25.2	Gestor desidiioso e responsabilização.....	323
1.25.3	Contratação emergencial e contingenciamento.....	323
1.25.4	Contratação emergencial e extrapolação do prazo de 180 dias.....	324
1.25.5	Situação emergencial ou de calamidade e discricionariedade da contratação direta.....	325
1.25.6	Dispensa emergencial e sublimação da fase interna .....	325
1.26	Licitação deserta (inc. V) .....	326
1.26.1	Modalidade convite e licitação deserta .....	327
1.26.2	Licitação deserta, contratação direta de serviços contínuos e prorrogação.....	327
1.26.3	Licitação deserta e Sistema de Registro de preços .....	328
1.27	Intervenção no domínio econômico (inc. VI) .....	328
1.28	Propostas incompatíveis (inc. VII) .....	329
1.28.1	Renovação de propostas .....	329
1.28.2	Renovação de propostas e pregão .....	330
1.29	Contratação de órgão da Administração Pública (inc. Vlii) .....	330
1.29.1	Compatibilidade com os preços de mercado .....	331
1.29.2	Hipótese de dispensa e estatais exploradoras de atividade econômica .....	331
1.29.3	Limite temporal e o SUS .....	332
1.29.4	Empresa Brasil de Comunicação.....	332
1.30	Segurança nacional (inc. iX).....	334
1.31	Dispensa e locação de imóvel (inc. X) .....	337
1.31.1	Desnecessidade da inviabilidade de competição .....	337
1.31.2	Chamamento público.....	339
1.31.3	Contratação direta e imóveis inacabados .....	341
1.31.4	Contratação direta de locação sob medida (built to suit) .....	341
1.31.5	Vigência do contrato de locação de imóveis .....	343
1.32	Contratação de remanescente (inc. XI) .....	344
1.32.1	Dispensa de remanescente e requisitos .....	345
1.32.2	Dispensa de remanescente e serviços contínuos .....	346
1.32.3	Contratação de remanescente e concessão administrativa de uso.....	347
1.33	Compras de Gêneros perecíveis (inc. XII) .....	347
1.34	Dispensa para pesquisa, ensino, desenvolvimento institucional ou recuperação social de presos (inc. XIII).....	348
1.34.1	Hipótese e pessoa física .....	349
1.34.2	Lei nº 8.958/1994.....	349
1.34.3	Instituição e pertinência com o objeto contratado .....	350
1.34.4	Subcontratação.....	351



1.34.5	Pluralidade de instituições e licitação.....	352
1.35	Dispensa em face a acordo internacional (inc. XIV).....	353
1.35.1	Acordo internacional e competência.....	354
1.36	Obra de arte e objetos históricos (inc. XV).....	354
1.37	Impressões e serviços de informática (inc. XVI).....	355
1.38	Aquisição de componentes vinculada à garantia (inc. XVII).....	357
1.39	Abastecimento de embarcações, aeronaves e tropas (inc. XVIII).....	357
1.40	Padronização de material militar (inc. XIX).....	358
1.41	Associação de portadores de deficiência (inc. XX).....	358
1.42	Pesquisa científica e tecnológica (inc. XXI).....	359
1.43	Energia elétrica e gás natural (inc. XXII).....	360
1.44	Subsidiárias e controladas (inc. XXIII).....	361
1.45	Organizações sociais (inc. XXIV).....	362
1.45.1	Requisitos para a dispensa de contratação com organizações sociais.....	364
1.45.2	Aplicação do dispositivo para OSCIP'S.....	365
1.45.3	Regulamento federal e contratação com recursos públicos.....	368
1.46	Instituição Científica e Tecnológica (inc. XXV).....	368
1.47	Contrato de consórcio público ou convênio de cooperação (inc. XXVI).....	369
1.47.1	Consórcio público.....	370
1.47.2	Contrato de Programa.....	370
1.48	Resíduos sólidos (INC. XXVII).....	372
1.49	Complexidade tecnológica e defesa nacional (inc. XXVIII).....	372
1.49.1	Justificativa para a hipótese de dispensa.....	372
1.49.2	Requisitos.....	373
1.50	Contingentes militares (inc. XXIX).....	373
1.51	Assistência técnica e extensão rural no PRONATER (inc. XXX).....	374
1.51.1	Compra institucional decorrente da chamada pública prevista no artigo 17 da Lei nº 12.512, de 2011.....	376
1.52	Contratações de estímulo à inovação científica (inc. XXXI).....	377
1.53	Contratação de produtos estratégicos para o SUS (inc. XXXII).....	382
1.54	Combate à seca e contratação direta de entidades sem fins lucrativos (inc. XXXIII).....	384
1.54.1	Regulamentação federal.....	385
1.54.2	Regulamentação e efeitos sobre os demais entes.....	389
1.55	Aquisição de insumos estratégicos para a saúde (inc. XXXIV).....	390
1.56	Construção, ampliação, reforma e aprimoramento de estabelecimentos penais, em situação de risco à segurança pública. (inc. XXXV).....	390
1.57	Nuances específicas em relação às dispensas.....	391
1.57.1	Outras hipóteses de dispensa.....	392
1.57.2	Percentual diferenciado em dispensas de pequeno valor.....	393
1.57.3	Exceção ao limite temporal do inciso VIII.....	394
1.58	Inexigibilidade.....	395
1.58.1	Inviabilidade de competição.....	396
1.58.2	Inexigibilidade e justificativa.....	397
1.58.3	Inexigibilidade e não taxatividade.....	398
1.58.4	Credenciamento.....	399
1.58.4.1	Credenciamento e relação de exclusão.....	404
1.58.4.2	Credenciamento e requisitos.....	405

1.58.4.3	Credenciamento e remuneração .....	407
1.58.4.4	Credenciamento e natureza jurídica .....	408
1.58.4.5	Do ato formal de credenciamento e início da eficácia .....	409
1.58.4.6	Do prazo de vigência do edital .....	409
1.58.4.7	Credenciamento e reajuste .....	411
1.58.4.8	Credenciamento e a Instrução Normativa 05/2017 .....	412
1.58.5	Inexigibilidade e alienação de áreas públicas .....	413
1.59	Aquisição com fornecedor exclusivo .....	414
1.59.1	Delimitação da exclusividade .....	414
1.59.2	Exclusividade absoluta e exclusividade relativa .....	415
1.59.3	Noção de praça .....	415
1.59.4	Marcas .....	415
1.59.5	TCU e certidões de exclusividade.....	416
1.59.6	Carta de exclusividade .....	416
1.59.7	Inexigibilidade e aquisição direta de livros.....	417
1.60	Serviços técnicos especializados e inexigíveis.....	417
1.60.1	Inexigibilidade e serviços intelectuais .....	420
1.60.2	Inexigibilidade e serviços rotineiros.....	420
1.60.3	Vedação para serviços de publicidade .....	422
1.60.4	Inexigibilidade e contratação de advogado.....	422
1.60.5	TCU e serviços advocatícios.....	424
1.60.6	Inexigibilidade e contratação de cursos de capacitação .....	425
1.61	Profissional de setor artístico e inexigibilidade.....	426
1.61.1	Contratações artísticas e concurso .....	428
1.62	Notória especialização e respeito à impessoalidade.....	428
1.63	Inexigibilidade e pesquisa de preços.....	430
1.64	Condicionantes de eficácia e elementos de instrução .....	431
1.64.1	Condicionantes de eficácia e dispensas de pequeno valor .....	431
1.64.2	Autoridade superior .....	432
1.64.3	Contratação direta e Publicidade.....	432
1.64.4	Dispensa de pequeno valor e elementos de instrução .....	432
1.64.5	Justificativa do preço .....	433
1.64.6	Contratação direta e débito com a seguridade social .....	434
1.64.7	CADIN .....	436
1.64.8	SIAFI .....	437
<b>SEÇÃO II – Da habilitação .....</b>		<b>437</b>
2.1	Da habilitação .....	438
2.1.1	Habilitação e proporcionalidade .....	439
2.1.2	Habilitação e disfunção.....	442
2.2	Habilitação jurídica.....	444
2.3	Habilitação jurídica e restrição à competitividade .....	445
2.4	Regularidade fiscal.....	446
2.4.1	Regularidade fiscal e limites constitucionais .....	446
2.4.2	Regularidade fiscal e débitos com a seguridade social.....	452
2.4.3	Certidão de regularidade fiscal não fornecida no município do licitante .....	454
2.4.4	Regularidade x quitação.....	455

2.4.5	Regularidade fiscal e compatibilidade com o objeto licitado.....	455
2.4.6	Regularidade fiscal com a seguridade social e com o FGTS .....	457
2.4.7	Regularidade fiscal e contratação direta .....	457
2.5	Regularidade trabalhista e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).....	458
2.5.1	Fundamentos da CNDT .....	458
2.5.2	Constitucionalidade da regularidade trabalhista .....	459
2.5.3	Certidão trabalhista e exigência em qualquer contratação .....	460
2.5.4	Certidão trabalhista e contratos firmados anteriormente .....	461
2.6	Microempresa e empresa de Pequeno Porte .....	462
2.7	Qualificação técnica .....	465
2.7.1	Qualificação técnica e rol legal exaustivo .....	466
2.7.2	Capacidade técnico-operacional e capacidade técnico-profissional.....	467
2.7.3	Habilitação com prova de experiência por determinado período.....	468
2.7.4	Exigência de registro de quitação.....	469
2.7.5	Registro em entidade profissional .....	469
2.7.6	Qualificação e proporcionalidade.....	470
2.7.7	Declaração de conhecimento das condições para a execução contratual .....	470
2.7.8	Atestado de visita técnica monitorada (vistoria prévia).....	470
2.7.9	Somatórios de atestados.....	475
2.7.10	Atestados e número mínimo .....	477
2.7.11	Quadro permanente .....	478
2.7.12	Fornecimento de bens e desnecessidade de registro na entidade profissional....	479
2.7.13	Prejuízo à competitividade.....	479
2.7.14	Instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal.....	480
2.7.15	Contratações de grande vulto e exigência da metodologia de execução .....	481
2.7.16	Jurisprudência.....	481
2.8	Qualificação econômico-financeira .....	484
2.8.1	Balanço patrimonial .....	486
2.8.2	Falência e recuperação judicial .....	487
2.8.3	Certidão negativa de execução patrimonial .....	488
2.8.4	Garantia .....	488
2.8.5	Exigência de índices .....	489
2.8.6	Exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo ou de garantias (requisitos suplementares) .....	489
2.8.7	Exigência e proporcionalidade.....	490
2.8.8	Qualificação econômico-financeira e a relação dos compromissos assumidos pelo licitante .....	490
2.8.9	Jurisprudência.....	494
2.9	Documentos e internet .....	496
2.10	Habilitação e restrição eleitoral.....	496
2.11	Dispensa de habilitação.....	497
2.11.1	Extensão da dispensa de habilitação.....	497
2.11.2	Dispensa de habilitação e regularidade com a seguridade social .....	498
2.12	Registro cadastral.....	499
2.13	Cobrança de taxas pelo fornecimento do edital.....	499
2.14	Documentação e empresas estrangeiras .....	499
2.15	Jurisprudência .....	499
2.16	Participação de consórcios nas licitações.....	500

2.16.1	Regularidade jurídica do consórcio.....	503
2.16.2	Limitação ao número de empresas no consórcio .....	503
2.16.3	Consórcio e responsabilidade solidária .....	503
2.16.4	Alteração da constituição do consórcio.....	504
<b>SEÇÃO III – Dos registros cadastrais .....</b>		<b>507</b>
3.1	Registro cadastral .....	507
3.1.1	SICAF e SISG .....	508
3.1.2	SICAF e A Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 .....	508
3.1.3	SICAF e registro obrigatório .....	510
3.1.4	Registro cadastral e certificado .....	512
3.1.5	Indeferimento do registro cadastral e recurso .....	512
3.1.6	Alteração, suspensão ou cancelamento do registro .....	512
3.1.7	Registro cadastral e exigência nas dispensas de pequeno valor .....	512
3.1.8	Emissão de nota de empenho, contratação e pagamento .....	513
<b>SEÇÃO IV – Do procedimento e julgamento.....</b>		<b>514</b>
4.1	Procedimento licitatório.....	515
4.1.1	Fase interna .....	515
4.1.2	Fase externa .....	516
4.2	Proposta sem assinatura.....	516
4.3	Comissão de licitação e presença na sessão.....	517
4.4	Parecer técnico.....	517
4.5	Instrumento contratual.....	517
4.6	Parecer jurídico.....	517
4.6.1	Caráter preventivo da análise jurídica .....	518
4.6.2	Efeitos do desrespeito ao caráter preventivo da análise jurídica.....	518
4.6.3	Natureza não vinculante do parecer jurídico.....	519
4.6.4	Exame do ato convocatório do convite .....	521
4.6.5	Análise jurídica e dispensas de pequeno valor .....	524
4.6.6	Análise jurídica e advogados terceirizados.....	524
4.6.7	Análise jurídica e pareceres sintéticos .....	526
4.6.8	Análise jurídica e parecer referencial .....	527
4.7	Responsabilização do parecerista jurídico, pelos Tribunais de Contas.....	528
4.7.1	Natureza da atividade do parecerista jurídico.....	532
4.7.2	Responsabilização de gestores e parecerista jurídico .....	534
4.7.3	Posição do STF.....	535
4.7.4	TCU e manifestação jurídica irrazoável.....	541
4.7.5	Posição da OAB .....	544
4.8	Audiência pública.....	545
4.8.1	Audiência pública e marco inicial do procedimento licitatório .....	545
4.8.2	Não realização de Audiência pública e nulidade do procedimento licitatório .....	546
4.9	Descrição do objeto .....	553
4.10	Sanções .....	554
4.11	Condições para participação e proporcionalidade.....	554
4.12	CrITÉrios para julgamento .....	555
4.13	Preços máximos e obrigatoriedade.....	555
4.14	Estimativa do preço máximo.....	556

4.15	Jurisprudência.....	557
4.16	Revisão econômica do contrato.....	558
4.16.1	Reequilíbrio econômico.....	558
4.16.2	Reajuste em sentido estrito.....	559
4.16.2.1	Reajuste, anualidade e marco inicial.....	560
4.16.2.2	Reajuste e requerimento formal.....	561
4.16.2.3	Reajuste antes de um ano de vigência contratual.....	562
4.16.2.4	Obrigatoriedade da previsão do reajuste no edital ou contrato.....	564
4.16.2.5	Impossibilidade de concessão ordinária de reajuste, sem previsão no edital ou contrato.....	564
4.16.2.6	Contrato, sem previsão de reajuste, que suplante a anualidade por culpa da Administração.....	566
4.16.2.7	Reequilíbrio econômico e novo marco legal para o reajuste.....	567
4.16.2.8	Reajuste e preclusão lógica.....	567
4.16.3	Repactuação.....	569
4.16.3.1	Repactuação e requisitos mínimos.....	569
4.16.3.2	Repactuação e IN 05/2017.....	570
4.16.3.3	Repactuação e serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.....	573
4.16.3.4	Caracterização do serviço como “com” ou “sem” dedicação exclusiva de mão de obra.....	574
4.16.3.5	Repactuação e análise de planilha.....	575
4.16.3.6	Momento de incidência da repactuação.....	576
4.16.3.7	Repactuação e efeitos financeiros.....	577
4.16.3.8	Critério da repactuação para custos decorrentes do mercado (insumos diversos).....	578
4.16.3.9	Repactuação como direito do contratado e a preclusão lógica administrativa.....	580
4.16.3.10	Preclusão lógica parcial.....	584
4.16.3.11	Repactuação e categorias profissionais não alcançadas pela Convenção Coletiva de Trabalho.....	584
4.16.3.12	Repactuação e salário mínimo.....	585
4.16.3.13	Repactuação e remuneração maior que o piso salarial alterado.....	586
4.16.3.14	Orientações Normativas da AGU.....	587
4.16.3.15	Repactuação, apostilamento e análise pela assessoria jurídica.....	588
4.17	Juros de mora.....	589
4.18	Correção monetária.....	591
4.19	Jurisprudência.....	591
4.20	Compensações financeiras, penalizações e descontos.....	591
4.21	Multa moratória e contratos de prestadoras de serviços públicos.....	592
4.22	Cronograma físico financeiro.....	593
4.23	Estimativa de preços (pesquisa de preços).....	593
4.23.1	Estimativa de preços nas licitações.....	594
4.23.2	Função da Estimativa de preços.....	595
4.23.3	A Estimativa de preços na prática administrativa.....	596
4.23.3.1	A Estimativa de preços nas obras e serviços de engenharia.....	597
4.23.3.2	A Estimativa de preços tradicional.....	598
4.23.3.3	Outras formas eficientes para estimativa de preços.....	600

4.23.3.4	Estimativa de preços, a IN 05/2014 e a IN 03/2017 .....	601
4.23.3.5	Estimativa de preços e responsabilidade .....	603
4.23.3.6	Pesquisa de mercado e prorrogação de serviços contínuos .....	604
4.23.3.7	Preço de referência, preço de mercado e preço transacional .....	607
4.24	Desnecessidade de repetição das regras contratuais no edital .....	608
4.25	Exigência de cota para mão de obra oriunda do sistema prisional .....	608
4.25.1	Da autonomia federativa para regulamentação.....	608
4.25.2	Da regulamentação federal.....	609
4.25.3	A exigência das cotas como requisito de habilitação .....	610
4.25.4	Da complexidade das contratações de serviços como dificultadores da aplicação da regra do decreto .....	612
4.25.5	Restrição material para a exigência de cota para mão de obra oriunda do sistema prisional .....	614
4.25.6	Da execução contratual quando admitida a cota .....	615
4.25.7	Da análise de conveniência na utilização das cotas .....	617
4.26	Vinculação ao instrumento convocatório e formalismo .....	618
4.26.1	Lei nº 13.726/18 e a racionalização de atos e procedimentos administrativos .....	621
4.26.1.1	Selo de desburocratização e simplificação .....	622
4.27	Contrato firmado e alterações legislativas.....	623
4.28	Jurisprudência .....	623
4.29	Impugnação do edital pelo cidadão .....	624
4.30	Impugnação do edital pelo licitante .....	624
4.31	Licitações internacionais .....	625
4.32	Política monetária e comércio exterior .....	626
4.33	Cotação em moeda estrangeira.....	626
4.34	Pagamento em moeda nacional.....	627
4.35	Garantias de pagamento e isonomia.....	627
4.36	Equalização tributária .....	627
4.37	Licitações com recursos oriundos de organismo internacional.....	629
4.37.1	Origem internacional dos recursos.....	629
4.37.2	Competência do Congresso Nacional .....	630
4.37.3	Mitigação das regras licitatórias e captação parcial de recursos .....	630
4.37.4	Mitigações e exigências do doador.....	631
4.37.5	Mitigações e respeito aos princípios basilares da licitação .....	631
4.37.6	licitações internacionais e vedação à países específicos .....	633
4.37.7	Financiamento e “vantajosidade” .....	633
4.37.8	Mitigação e despesas com recursos nacionais.....	633
4.37.9	Recursos internacionais e aprovação do edital pelo parecerista jurídico.....	634
4.37.10	Regulamento federal .....	635
4.38	Abertura das propostas comerciais .....	636
4.38.1	Precipitação na abertura das propostas comerciais.....	636
4.38.2	CrITÉRIOS de aceitabilidade .....	637
4.38.3	CrITÉRIOS de aceitabilidade, jogo de cronograma e jogo de planilha .....	637
4.39	Desclassificação e saneamento.....	639
4.40	Adjudicação e homologação .....	640
4.41	Sessão e registro dos participantes .....	640
4.42	Diligências.....	641
4.42.1	Diligências e discricionariedade .....	641

4.42.2	Diligências e desnecessidade de previsão em edital .....	642
4.42.3	Diligência e limites.....	643
4.42.4	Formas de diligência .....	644
4.42.5	Diligência e falsidade de documento .....	645
4.42.6	Desistência da proposta .....	645
4.43	Critério objetivo de julgamento.....	646
4.44	Propostas inexequíveis e justificativa legal.....	646
4.45	Fixação de remuneração mínima dos trabalhadores em serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.....	646
4.46	Fixação de remuneração mínima, acima do piso salarial .....	647
4.47	Do pagamento, ao trabalhador, de salário menor que o estipulado na proposta .....	651
4.48	Concurso e tipos de licitação .....	657
4.49	Tipo menor preço.....	657
4.49.1	Tipo menor preço, caracterizado pelo maior desconto .....	657
4.49.2	Da aferição do menor preço pelo maior desconto em tabela ou planilha.....	658
4.49.3	Da aferição do menor preço pelo maior desconto linear em obras e serviços de engenharia.....	658
4.50	Melhor técnica.....	661
4.50.1	Procedimento da melhor técnica e preço máximo .....	662
4.51	Técnica e preço.....	662
4.51.1	Técnica e preço e certificados específicos.....	663
4.51.2	Técnica e preço e peso excessivo em pontuação técnica.....	663
4.51.3	Opção entre técnica e preço ou melhor técnica.....	664
4.51.4	Jurisprudência.....	664
4.52	Maior lance ou oferta .....	666
4.53	Sorteio .....	666
4.54	Bens de informática e pregão.....	666
4.55	Bens e serviços de tecnologia da informação.....	667
4.56	Inexequibilidade.....	669
4.56.1	Inexequibilidade e critérios legais relativos .....	673
4.56.2	Desclassificação por inexequibilidade e justificativa .....	673
4.56.3	Inexequibilidade e garantia adicional .....	675
4.57	Reabertura de prazo para nova habilitação ou novas propostas .....	676
4.57.1	Reabertura de prazo e o tipo melhor técnica .....	677
4.57.2	Reabertura de prazo e inconstitucionalidade .....	678
4.57.3	Reabertura de prazo quando existente apenas um competidor.....	678
4.58	Autotutela administrativa .....	680
4.58.1	Revogação da licitação.....	681
4.58.2	Anulação da licitação.....	683
4.58.3	Autotutela e decadência .....	684
4.58.4	Invalidação da licitação e não devolução dos valores contratuais já pagos.....	686
4.58.5	Invalidação, ampla defesa e contraditório .....	688
4.58.6	Jurisprudência .....	688
4.59	Preterição da ordem de classificação e nulidade.....	690
4.60	Comissões de licitação .....	691
4.61	Pequenas unidades administrativas.....	692
4.62	Concurso e regulamento .....	692
4.63	Jurisprudência .....	693

4.64	Leilão comum e leilão administrativo.....	693
4.65	Leilão administrativo para Estados e Municípios.....	693
4.66	Contratação de leiloeiro.....	694
<b>CAPÍTULO III – DOS CONTRATOS .....</b>		<b>697</b>
<b>SEÇÃO I – Disposições preliminares .....</b>		<b>697</b>
1.1	Contratos da administração .....	698
1.2	Espécies.....	698
1.3	Características dos contratos administrativos .....	700
1.4	Contratos administrativos e Estado Democrático de Direito .....	701
1.5	Cláusulas necessárias.....	703
1.5.1	Adimplemento da obrigação e quitação.....	704
1.5.2	Caracterização do objeto .....	704
1.5.3	Liquidação de despesa.....	704
1.5.4	Jurisprudência.....	705
1.6	Garantia contratual.....	706
1.6.1	Garantia e discricionariedade.....	707
1.7	Títulos da dívida pública.....	708
1.8	Seguro garantia.....	708
1.8.1	Performance bond.....	709
1.9	Fiança bancária .....	711
1.10	Garantia e limite.....	712
1.11	Orçamento.....	713
1.12	Vigência dos contratos administrativos .....	714
1.12.1	Prorrogação x renovação.....	715
1.12.2	Vigência e créditos orçamentários.....	716
1.12.3	Projetos contemplados no plano plurianual.....	721
1.12.4	Serviços contínuos.....	721
1.12.4.1	Períodos iguais e sucessivos.....	723
1.12.4.2	Renovação contratual e passos formais .....	724
1.12.4.3	Fornecimento de passagens aéreas e natureza continuada .....	726
1.12.4.4	Serviços contínuos e fornecimento de refeições.....	726
1.12.5	Aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática.....	727
1.12.6	Contratações previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24.....	728
1.12.7	Vigência contratual e locação de imóveis .....	728
1.12.8	Orientações Normativas da AGU .....	730
1.12.9	Jurisprudência.....	730
1.13	Prorrogação da vigência ou da execução do contrato .....	731
1.14	Prorrogação e manutenção do equilíbrio econômico.....	733
1.15	Prorrogação contratual e impossibilidade de inovação nas condições contratuais.....	734
1.16	Vigência de contratos por escopo.....	734
1.17	Contratos administrativos e vigência indeterminada.....	738
1.18	Convênios e vigência indeterminada .....	739
1.19	Prorrogação extraordinária de serviços contínuos .....	740
1.20	Jurisprudência .....	741
1.21	AGU .....	741
1.22	Prerrogativas contratuais da Administração (Cláusulas exorbitantes) .....	741



1.22.1	Imposição de ônus especiais .....	742
1.23	Fiscalização .....	743
1.24	Aplicação de sanções .....	743
1.25	Ocupação provisória .....	744
1.25.1	Ocupação provisória e essencialidade .....	744
1.25.2	Ocupação provisória e serviços terceirizados .....	746
1.26	Nulidade do contrato e indenização .....	747
1.27	Jurisprudência .....	748
<b>SEÇÃO II</b>	<b>– Da formalização dos contratos .....</b>	<b>749</b>
2.1	Formalismo e contratos administrativos .....	749
2.2	Formalismo e contrato verbal .....	750
2.3	Regime de adiantamento .....	750
2.4	Reconhecimento de dívida .....	751
2.4.1	Reconhecimento de dívida e elementos condicionantes .....	753
2.4.2	Reconhecimento de dívida e boa fé contratual .....	754
2.5	Formalização posterior à contratação .....	754
2.6	Prazo para publicação .....	755
2.6.1	Publicidade e eficácia .....	756
2.7	Obrigatoriedade e facultatividade do instrumento contratual .....	757
2.8	Ordem de serviço ou solicitação de serviço .....	759
2.9	Nota de serviço e publicação de extrato .....	761
2.10	Contratos privados da Administração e relativização do regime público .....	761
2.10.1	Rol exemplificativo .....	763
2.10.2	Locação e prazo de vigência contratual .....	764
2.10.3	Administração como usuária de serviços públicos .....	764
2.10.4	Administração como usuária e suspensão de serviços públicos .....	765
2.11	Controle social .....	774
2.12	Convocação de licitante remanescente .....	775
<b>SEÇÃO III</b>	<b>– Da alteração dos contratos .....</b>	<b>777</b>
3.1	Alterações contratuais .....	779
3.2	Alterações qualitativas .....	780
3.2.1	Alteração qualitativa e inserção de novos serviços ou bens .....	781
3.3	Alterações quantitativas .....	781
3.4	Alterações qualitativas-quantitativas .....	782
3.5	Alterações unilaterais e limites .....	782
3.5.1	Limites e alterações qualitativas .....	783
3.5.2	Atualização do valor e incidência dos limites percentuais .....	784
3.5.3	Limites percentuais e prorrogações contratuais .....	785
3.5.4	Limites percentuais e pluralidade de itens .....	785
3.5.5	Cumulação entre acréscimos e supressões .....	786
3.5.6	Contratos sob demanda e execução inferior a 75% .....	787
3.6	Alterações unilaterais e economia de escala .....	788
3.7	Exceções aos limites percentuais nas alterações unilaterais .....	789
3.8	Alteração unilateral e motivação .....	789
3.9	Alteração unilateral e ausência de previsão no contrato .....	789
3.10	Alteração consensual .....	790
3.10.1	Alteração consensual e mudança do regime de execução .....	791

3.11	Aditivo contratual.....	793
3.11.1	Aditivo contratual e formalidades.....	793
3.12	Apostila .....	794
3.13	Antecipação de pagamento.....	795
3.14	Reequilíbrio econômico-financeiro .....	796
3.14.1	Objeto do reequilíbrio econômico.....	797
3.14.1.1	Reequilíbrio econômico e variação de taxa cambial.....	799
3.14.1.2	Reequilíbrio econômico e alocação do risco pelo contrato (matriz de riscos na Lei nº 8.666/93).....	800
3.14.2	Desoneração de folha de pagamento e reequilíbrio econômico.....	802
3.14.3	Cumulação indevida de reajuste e reequilíbrio econômico.....	803
3.14.4	Reequilíbrio econômico e preclusão lógica .....	804
3.14.5	Perda do enquadramento como ME/EPP e reequilíbrio econômico.....	804
<b>SEÇÃO IV – Da execução dos contratos .....</b>		<b>805</b>
4.1	Gestor do contrato e fiscal do contrato .....	806
4.2	Fiscal do contrato e terceirizados .....	809
4.3	registro pelo fiscal .....	809
4.4	Preposto da empresa .....	810
4.5	fiscalização e vedações a atos de ingerência .....	810
4.6	Constitucionalidade do dispositivo (STF ADC 16).....	811
4.6.1	Enunciado 331 do TST .....	812
4.6.2	Responsabilidade subsidiária da Administração por débitos trabalhistas.....	814
4.6.3	Responsabilidade subsidiária e contrato decorrente de obra .....	817
4.6.3.1	Instrução Normativa nº 06/18 e cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas quando da execução indireta de obras públicas .....	818
4.6.4	Limites amplos da responsabilização subsidiária.....	819
4.6.5	Responsabilidade subsidiária e desvio de função.....	819
4.6.6	Convênios e responsabilidade trabalhista do convenente.....	820
4.6.7	Contratos de terceirização e conta vinculada.....	821
4.6.8	Contratos de evento musical e responsabilização pelo pagamento de direitos autorais .....	822
4.7	Encargos previdenciários e responsabilidade solidária .....	823
4.8	Subcontratação.....	825
4.9	Recebimento provisório e recebimento definitivo .....	826
4.10	Jurisprudência .....	827
4.11	Amostras.....	828
4.12	Glosa .....	829
<b>SEÇÃO V – Da inexecução e da rescisão dos contratos .....</b>		<b>830</b>
5.1	Rescisão contratual.....	831
5.1.1	Inexecução contratual e sancionamento .....	832
5.1.2	Rescisão e devido processo legal .....	832
5.2	Alterações subjetivas na relação contratual .....	833
5.3	Sub-rogação contratual .....	835
5.4	Fusão, cisão e incorporação.....	837
5.5	<i>Exceptio non adimpleti contractus</i> .....	837
5.6	Caso fortuito e força maior .....	838
5.7	Relações contratuais ilícitas e a ampla defesa .....	838

5.8	Rescisão de convênios e processamento sem contraditório e ampla defesa .....	839
5.9	Espécies de rescisão contratual (unilateral, amigável e judicial).....	842
5.9.1	Limites para a rescisão consensual .....	843
5.10	Juízo arbitral.....	844
5.10.1	Jurisprudência .....	846
5.11	Rescisão contratual e indenização .....	849
5.12	Prorrogação automática .....	850
5.13	Consequências da rescisão unilateral .....	852
5.14	Jurisprudência .....	854
<b>CAPÍTULO IV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TUTELA JUDICIAL.....</b>		<b>855</b>
<b>SEÇÃO I – Das disposições gerais.....</b>		<b>855</b>
1.1	Licitante remanescente e não sancionamento .....	855
1.2	Crime licitatório e consumação desnecessária.....	856
1.3	Causa de aumento de pena.....	856
1.4	Jurisprudência .....	857
1.5	Competência federal sobre legislação penal .....	857
<b>SEÇÃO II – Das sanções administrativas .....</b>		<b>858</b>
2.1	Multa e previsão editalícia .....	858
2.1.1	Multa pelo atraso na execução .....	858
2.2	Sanções administrativas .....	859
2.3	Sanções aplicáveis nas licitações.....	860
2.4	Sanções e poder-dever da Administração .....	860
2.4.1	Omissão no sancionamento e responsabilidades.....	861
2.4.2	Sanções e tipicidade específica.....	862
2.4.2.1	Sanções administrativas, ampla defesa e contraditório.....	864
2.4.3	Sanções nas licitações e seus efeitos.....	866
2.5	Retenção de pagamento .....	868
2.6	Competência para aplicação das sanções.....	872
2.7	Advertência .....	875
2.8	Multa (compensatória).....	876
2.9	Suspensão temporária.....	876
2.9.1	Suspensão temporária e a amplitude de seus efeitos .....	877
2.9.2	Suspensão temporária e órgãos compostos.....	882
2.10	Declaração de inidoneidade .....	883
2.10.1	Declaração de inidoneidade e competência .....	884
2.10.1.1	Declaração de inidoneidade e órgãos do poder legislativo e judiciário. ....	887
2.10.1.2	Declaração de inidoneidade e conselhos profissionais .....	887
2.10.2	Declaração de inidoneidade e amplitude de seus efeitos .....	888
2.10.3	Declaração de inidoneidade e pesquisa .....	890
2.10.4	TCU e declaração de inidoneidade.....	891
2.10.5	Jurisprudência .....	892
2.11	Da publicação das sanções em diário oficial.....	896
2.12	Aplicação de penalidade a licitante adjudicatário .....	897
2.13	Desconsideração da personalidade jurídica.....	898
<b>SEÇÃO III – Dos crimes e das penas .....</b>		<b>903</b>
3.1	Crimes licitatórios e dolo .....	903

3.2	Verbas federais e competência para julgamento .....	904
3.3	Contratação direta criminosa.....	906
3.3.1	Contratação de serviços técnicos especializados por inexigibilidade e crime .....	907
3.3.2	Prescindibilidade de inquérito policial.....	908
3.3.3	Regularidade das contas e ausência de justa causa para a ação penal.....	908
3.3.4	Irregularidade formal e rejeição da denúncia.....	909
3.3.5	Jurisprudência.....	910
3.4	Participação de filiais na mesma licitação e prática criminosa .....	913
3.4.1	Jurisprudência.....	913
3.5	Patrocínio de interesse privado e invalidação judicial.....	914
3.6	Jurisprudência .....	914
3.7	Comentários.....	916
3.8	Comentários.....	916
3.9	Jurisprudência .....	917
3.10	Comentários.....	917
3.11	Comentários.....	918
3.12	Doutrina.....	918
3.13	Comentários.....	919
<b>SEÇÃO IV – Do processo e do procedimento judicial.....</b>		<b>919</b>
4.1	Representação ao Ministério Público.....	920
4.1.1	Jurisprudência.....	921
<b>CAPÍTULO V – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....</b>		<b>923</b>
1.	Recurso.....	924
1.1.1	Pressupostos recursais .....	924
1.1.2	Recurso hierárquico.....	925
1.1.3	Recurso e depósito prévio .....	926
1.1.4	Não cabimento de recurso hierárquico próprio, para o ministro de estado, em virtude da aplicação de sanções disciplinares, por autarquia supervisionada.....	926
1.1.5	Do parecer vinculante AC 51 da AGU .....	931
1.2	Representação.....	933
1.3	Reconsideração.....	933
1.4	Jurisprudência .....	934
1.5	Recurso e intimação .....	934
1.5.1	Doutrina.....	935
1.6	Efeito suspensivo e autoridade competente.....	936
1.7	Competência para julgamento do recurso .....	936
1.8	Recurso e autoridade incompetente.....	937
1.9	Início do prazo recursal e vista dos autos.....	937
<b>CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS .....</b>		<b>937</b>
1.1	Acesso aos autos e contagem do prazo.....	938
1.2	Cessão dos direitos patrimoniais .....	939
1.3	Consórcio público .....	939
1.4	Órgãos jurídicos da Administração e controle de constitucionalidade.....	940
1.5	Tribunal de Contas.....	944
1.5.1	Declaração de inidoneidade e TCU.....	946
1.5.2	Tribunal de contas e controle prévio das licitações.....	947

1.5.3	Jurisprudência.....	949
1.6	Licitação e controle judicial.....	949
1.7	Discretionariedade administrativa e controle judicial.....	950
1.8	Pré-qualificação .....	951
1.9	Regulamentos internos e aperfeiçoamento dos procedimentos licitatórios.....	952
1.9.1	Segregação de responsabilidades .....	953
1.10	Convênios.....	955
1.10.1	Convênios, termo de execução descentralizada e contrato de repasse .....	956
1.10.2	Termo de execução descentralizada e finalidades.....	958
1.11	Utilização dissimulada do convênio, em detrimento de um contrato administrativo.....	958
1.12	Conteúdo mínimo no instrumento convenial .....	960
1.13	Convênios e vedações .....	960
1.14	Convênios e Orientações Normativas da AGU.....	961
1.15	Contrapartida.....	963
1.16	Controle pelo parlamento.....	963
1.17	Convênio e empenho do valor transferido.....	963
1.18	Convênio e fiscalização .....	964
1.19	Execução do convênio e prestação de contas .....	964
1.20	Irregularidade na execução de convênios e sucessão municipal .....	965
1.21	Convênios e denúncia pelo conveniente .....	966
1.22	Convênios com entidades privadas, sem fins lucrativos.....	968
1.22.1	Convênios com entidades privadas, sem fins lucrativos, e despesas administrativas .....	970
1.22.2	Convênios com entidades privadas, sem fins lucrativos, e remuneração da equipe .....	970
1.22.3	Convênios com entidades privadas, sem fins lucrativos, e chamamento público .....	971
1.23	Licitações e competência legislativa para normas específicas .....	972
1.24	Estatais que exploram atividade econômica e regime diferenciado.....	973
1.25	Bens públicos e uso privativo por particular .....	974
1.26	Doutrina.....	976
1.27	Alienação de bem público e avaliação .....	976
1.28	Concessão (cessão) de uso de bens públicos e modalidade licitatória .....	977
1.29	Concessão (cessão) de uso de bens públicos e obrigatoriedade de licitar .....	978
1.30	Cessão de uso e a impossibilidade de contratação direta, através da hipótese de dispensa descrita pelo §2º do artigo 17 da Lei nº 8.666/93.....	980
1.31	Da não obrigatoriedade (absoluta) de realização de licitação para cessão de uso de bens públicos .....	981
1.32	Cessão de uso para Posto de autoatendimento bancário em órgão público .....	983
1.33	Agências franqueadas dos Correios .....	985

## PARTE 2 LEI Nº 10.520/02

1	O pregão.....	989
1.1	Competência legislativa.....	989
1.2	Pregão e Regulamentação .....	990
1.2.1	Caráter geral das normas e regulamentação .....	990
1.2.2	Utilização do regulamento federal pelos demais entes.....	991
1.2.3	Convênios com recursos federais e o pregão .....	992

## SUMÁRIO

---

1.3	Pregão e obrigatoriedade .....	992
1.3.1	Convênios com recursos federais e obrigatoriedade do pregão.....	993
1.3.2	Obrigatoriedade do pregão .....	994
1.3.3	Obrigatoriedade do pregão e dispensa.....	994
2	Bens e serviços comuns .....	995
2.1	Aquisição de veículos novos cumulada com alienação de veículos antigos.....	997
2.2	Bens e serviços de informática .....	997
2.3	TCU e bens e serviços comuns .....	998
2.4	Pregão e serviços de engenharia.....	998
2.5	Regulamento federal e vedação do pregão eletrônico para obras.....	1001
2.6	Da caracterização como obra ou como serviço de engenharia .....	1004
2.7	TCU e serviços comuns.....	1007
2.8	Aquisição concomitante de bens e serviços comuns .....	1009
3	Pregão eletrônico.....	1010
3.1	Pregão eletrônico e lei específica .....	1010
3.2	Pregão negativo.....	1011
3.3	Jurisprudência .....	1011
4.	Justificativa da pretensão contratual.....	1012
5	Definição do objeto.....	1013
5.1	Definição do objeto e TCU .....	1014
5.2	Aglomerado de objetos .....	1014
5.3	TCU e divisão em itens.....	1014
6	Termo de referência .....	1015
6.1	Termo de referência como instrumento de planejamento.....	1015
6.2	Termo de referência e demais entes federais.....	1016
6.3	Termo de referência e conjunto do edital .....	1017
6.4	Definição do objeto.....	1018
7	Pregão e falta de competitividade.....	1018
8	Estimativa de preços.....	1018
8.1	Estimativa de preços e responsabilidade .....	1018
9	Nomeação de pregoeiro.....	1020
9.1	Exercício das atribuições de pregoeiro.....	1020
9.2	Pregoeiro e adjudicação do objeto.....	1021
9.3	Pregoeiro e a complexidade de suas atribuições .....	1021
9.4	equipe de apoio .....	1021
10.	Baixa competitividade e providências .....	1022
11.	Publicação do edital.....	1023
11.1	(não) Divulgação da estimativa de custos no edital do pregão.....	1025
12.	Edital e simplificação .....	1027
13.	Impugnação ao edital .....	1027
13.1	Vinculação ao edital .....	1027
13.2	Regulamento federal e impugnação ao edital .....	1028
13.3	Acolhimento de impugnação ao edital.....	1029
13.4	Pregão eletrônico e impugnação ao edital.....	1029
14.	Prazo para apresentação de propostas.....	1029
15.	Credenciamento de licitantes.....	1031

15.1	Conteúdo da procuração.....	1032
16.	Horários.....	1032
17.	Sessão e publicidade.....	1032
18.	Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação.....	1032
19.	Verificação de conformidade das propostas.....	1033
20.	Inversão de fases.....	1034
21.	Roteiro para a sessão.....	1034
22.	Amostras.....	1036
23.	Etapa de lances.....	1037
23.1	Crítica doutrinária aos lances.....	1037
23.2	Lances e alteração das condições da proposta.....	1039
23.3	Participação na fase de lances.....	1040
23.4	Lances e sugestão para o pregão presencial.....	1041
23.5	Pregão eletrônico e fase de lances.....	1041
23.6	Desclassificação de lances e motivação.....	1042
23.7	Limitações aos lances no pregão eletrônico.....	1043
23.7.1	Limitação econômica e limitação temporal.....	1044
23.7.2	Ponderações sobre a aplicação dos limites temporais, nos moldes estabelecidos pela IN 03/2011.....	1045
23.8	Uso de “robôs” pelos licitantes.....	1051
24.	Negociação.....	1054
25.	Aceitabilidade.....	1055
25.1	Uso da prerrogativa de saneamento, pelo pregoeiro.....	1056
26.	Preços inexequíveis.....	1059
26.1	Preços inexequíveis e IN 05/2017.....	1060
26.2	Fraude “mergulho”.....	1061
26.3	Jurisprudência.....	1062
27.	Fase de habilitação.....	1062
27.1	Limitações às exigências habilitatórias.....	1062
27.2	Pregão e especificidades em relação à habilitação.....	1063
28.	Exigência de inscrição prévia no SICAF.....	1065
29.	Sessão e registro em ata.....	1065
30.	Declaração como vencedor.....	1066
31.	Recurso administrativo.....	1067
31.1	Recurso administrativo e pregão eletrônico.....	1067
31.2	Efeito suspensivo do recurso.....	1068
31.3	Legitimidade recursal.....	1068
31.4	Recurso de licitante com documentação não analisada.....	1069
31.5	Apresentação de recurso sem a declaração de vencedor.....	1069
31.6	Prazo para julgamento do recurso.....	1069
31.7	Deferimento do recurso e manutenção dos atos aproveitáveis.....	1070
31.8	Decisão do recurso e publicação.....	1070
31.9	“Decadência” da manifestação recursal.....	1070
31.10	Razões recursais.....	1071
31.11	Recurso adesivo.....	1071
31.12	Competência para julgamento dos recursos.....	1072
31.13	Competência recursal e delegação.....	1073
31.14	Renúncia recursal.....	1073

32. Pregoeiro e adjudicação.....	1073
33. Pregão e o licitante coelho .....	1074
34. Garantia.....	1076
35. Sanções na modalidade pregão .....	1076
35.1 Aparente antinomia das sanções (Lei nº 8.666/93 x Lei nº 10.520/02) .....	1078
35.2 Competência para aplicação das sanções.....	1082
35.3 Aplicação de sanção por autarquia e recurso para ministro .....	1086
35.4 Amplitude da sanção impedimento de licitar .....	1087
35.5 Prazo da sanção impedimento.....	1089
35.6 Efeito da sanção impedimento de licitar .....	1090
35.6.1 Efeito da sanção impedimento de licitar e a prorrogação de contratos.....	1091
35.7 Aplicação da restrição gerada pela sanção impedimento durante a licitação .....	1092
36. Sujeito passivo das sanções .....	1093
37. Ilícitos administrativos passíveis de sancionamento .....	1093
38. Atos essenciais no pregão .....	1097
39. Jurisprudência.....	1097
40. Bens de informática .....	1098
41. Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte .....	1099

### **PARTE 3 LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

<b>CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</b> .....	1103
1. Observação .....	1106
2. Síntese sobre a evolução do Estado.....	1106
3. Princípio da igualdade .....	1111
4. Regulamento e contratação de obras .....	1113
5. Síntese histórica.....	1114
<b>CAPÍTULO II – DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE</b> .....	1116
6. Lei Complementar 123/2006 e o tratamento diferenciado nas licitações .....	1119
7. Pertinência do tratamento diferenciado .....	1121
8. Perda do enquadramento durante a vigência contratual e reequilíbrio econômico.....	1122
8.1 Perda do enquadramento durante a vigência contratual e serviços contínuos .....	1123
9. Participação de ME ou EPP em certame com valor maior que o respectivo enquadramento .....	1123
10. Informação falsa e responsabilidade .....	1123
11. Serviço de cessão de mão de obra e não incidência do simples nacional.....	1125
12. Pessoas equiparadas a me/epp (Cooperativas, microempreendedor individual (mei), produtor rural e agricultor familiar) .....	1128
<b>CAPÍTULO V – DO ACESSO AOS MERCADOS</b> .....	1129
<b>Seção única – Das aquisições públicas</b> .....	1129
13. Regularidade fiscal postergada .....	1130
13.1 Tratamento diferenciado e débitos com a seguridade social .....	1131
13.2 Comentários à regularidade postergada.....	1131
13.3 Não regularização e aplicação de sanções.....	1132
14. Empate ficto.....	1133
14.1 Utilização indevida do desempate ficto .....	1134
14.2 Condição como microempresa e verificação .....	1135



14.3	Empate ficto e desempate na Lei Geral.....	1135
14.4	Empate ficto e pregão .....	1137
14.5	Empate ficto e procedimento de desempate .....	1137
15.	Prazo para novas propostas .....	1138
16.	desempate ficto e desestímulo à economicidade .....	1138
17.	Perigo do uso literal do dispositivo em editais de Pregão .....	1139
18.	Desempate ficto e obrigatoriedade .....	1140
19.	Momento da convocação .....	1140
20.	Licitante coelho e desempate ficto .....	1141
21.	Equivalência de valores .....	1141
22.	Demais modalidades e prazo para desempate ficto.....	1142
23.	Cédula de crédito microempresarial.....	1142
24.	Constitucionalidade do dispositivo.....	1143
25.	Liquidação da despesa.....	1143
26.	Regulamentação .....	1144
27.	Licitações Diferenciadas .....	1145
27.1.	Licitações exclusivas.....	1147
27.1.1	Licitações exclusivas e adesão no Sistema de Registro de Preços.....	1148
27.1.2	Licitações exclusivas e restrição às empresas sediadas no Estado.....	1149
27.1.3	Licitações exclusivas e serviços contínuos.....	1150
27.1.4	Licitações exclusivas e posterior aditamento contratual.....	1151
27.1.5	Licitações exclusivas e aglutinação de itens em grupos.....	1152
27.2	Subcontratação.....	1152
27.2.1	Subcontratação e indicação de empresa .....	1153
27.2.2	Subcontratação e exigências .....	1153
27.2.3	Regulamentação federal .....	1154
27.2.4	Subcontratação e fornecimento de bens.....	1155
27.3	Cota de 25% .....	1155
27.3.1	Cota no item x cota de item .....	1156
27.3.2	Cota de 25% e regulamento federal.....	1158
27.3.3	Cota de 25% e limite sistemático .....	1158
27.4	problemas práticos nas Licitações exclusivas .....	1161
27.4.1	Licitações exclusivas e itens espelho .....	1162
27.4.2	Cotas exclusivas e prioridade de contratação .....	1163
27.5	Prioridade de contratação para ME/EPP .....	1164
28.	Inaplicabilidade das licitações diferenciadas.....	1165
28.1	Número mínimo de fornecedores competitivos .....	1166
28.2	Existência de desvantagem ou prejuízo .....	1166
28.3	Contratação direta .....	1167
29.	Reflexão .....	1168
30.	Restrição da licitação a empresas sediadas no estado e inconstitucionalidade.....	1168
31.	Lei e respeito à isonomia entre licitantes .....	1169
	<b>Referências.....</b>	<b>1171</b>
	<b>Índice remissivo .....</b>	<b>1179</b>